

HISTÓRIA DAS MULHERES TRABALHADORAS EM PORTUGAL: CENÁRIOS EM PERSPECTIVA

Pâmela Peres Cabreira* | Nicoli Braga Macedo*

*Obsceno para mim é a miséria, a fome,
a crueldade, a nossa época é obscena*
(Hilda Hilst)

*Estranhem o que não for estranho
Tomem por inexplicável o habitual
Sintam-se perplexos ante o quotidiano
Tratem de achar um remédio para o abuso
Mas não se esqueçam que o abuso é sempre a regra*
(Bertolt Brecht)

Resumo

A entrada massiva da mão de obra feminina no setor produtivo formal durante o período da ditadura *salazarista/marcelista* dá um impulso para uma nova configuração da divisão sexual do trabalho. O desencadeamento do processo revolucionário advindo com o 25 de Abril de 1974 e seus desdobramentos sociais e econômicos na década de 1980 trouxeram como destaque a figura

* Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Investigadora Integrada ao Grupo Cultura, Identidades e Poder/IHC e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Bolsista da CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}, 2018/2021. Este trabalho contou com financiamento FCT UI/BD/150943/2021.

** Graduada em História pelo Centro Universitário Fundação Santo André de São Paulo e Mestra em História e Património pela Universidade de Lisboa, FLUL. Doutoranda, investigadora e bolsista do Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa e (CICH-UAL) e do Centro de Estudos de História Empresarial da Universidade Autónoma de Lisboa (CEHE-UAL).

da mulher operária, aqui analisada na relação entre classe e gênero. A percepção historiográfica das trabalhadoras em Portugal é aqui explorada sob a ótica da História Global do Trabalho e seu papel é inserido no contexto das intensas transformações, condicionadas pelo sistema capitalista da segunda metade do século XX.

Introdução

Não nos basta assegurar e comprovar que as mulheres têm História. Esta é uma questão afirmativamente fundamentada, e quem a renega certamente a faz com as mais primitivas formas de demagogia. Importa, sobretudo, refletir sobre a construção das características sociais, biológicas e muitas vezes psicológicas que atuam na produção e forma do conhecimento histórico. Especificamente sobre a mulher trabalhadora portuguesa, não satisfaz somente compreender que as mulheres sempre trabalharam, mas como o fizeram e fazem, de que maneira foram inseridas no campo do setor produtivo e de que forma não só eram percebidas, mas como elas próprias se entendiam. Tal extensão temática é, digamos, audaciosa, pelo que nos concentramos nas condições destas trabalhadoras a partir de uma perspectiva de gênero – entendida como uma categoria analítica histórica na concepção do entrelaçamento das dimensões biológicas e sociais do indivíduo.

No cruzamento destas dimensões, Michelle Perrot assinala que “as mulheres sempre trabalharam, elas nem sempre exerceram profissões”.^[1] Ora, se recuarmos para o Portugal rural do século XVI, encontraremos um quadro que ilustra essa afirmativa: fosse nas lavouras, na moedura das farinhas, das lavadeiras e cozinheiras, no comércio e venda de peixes e castanhas nas cidades ou no processo de constituição do linho – desde a plantação até a tecelagem –, as mulheres sempre estiveram presentes. Sempre trabalharam.

Ainda no século XVI, José Gentil da Silva nos aponta que “se não fossem os grandes ranchos de mulheres que descem das terras da Beira e alta Estremadura [...] se poderia apanhar uma terça parte das azeitonas de sua lavra”.^[2] O linho, cultivado para este fim sob o cuidado do trabalho de mulheres, já se encontrava nas plantações do Algarve, Beira e Minho, que “& tam fino, que as mulheres das ditas partes, principalmente Coimbra, e suas aldeias,

[1] Perrot, Michele. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, p. 251.

[2] Silva, José Gentil da. (1985). *A mulher e o trabalho em Portugal*. Separata de “*A Mulher na Sociedade Portuguesa*”. *Actas do Colóquio*. Coimbra, 20 a 22 de Março, vol. I, p. 10-13.

de Tengual, de Goes, de Arganil, de Lafões, de Arouca, Braga & Guimarães fazem teas de pano e linhas, que bastecem estes reinos”.^[3]

Em Coimbra, na mesma altura, destacam-se as atividades artesanais desenvolvidas por mulheres, ou ainda em Viana, onde estas “representam facilmente metade dos ofícios ligados ao comércio”,^[4] como as padeiras que serviam de Lisboa a Braga segundo as *Ordenações Manuelinas*. No século seguinte, em Lisboa, contava-se 700 regateiras da Ribeira, entre vendedoras do peixe pescado pelos maridos, além das “[...] 10.000 activas para 8.000 sem ofício”.^[5] Ainda no século XVII, na composição profissional da população de Coimbra, 52% encontravam-se no setor de vestuários e têxteis,^[6] ampla mão de obra feminina. Do século XV ao XVIII, encontraremos mulheres africanas em trabalho escravo do mais indesejado, no despejo de dejetos ou criadas em residências burguesas; como salienta Cerejeira, *apud* Magalhães, “difícilmente se encontrará uma casa onde não haja pelo menos uma escrava destas. É ela que vai ao mercado comprar as coisas necessárias, que lava a roupa, varre a casa, acarreta a água, e faz os despejos à hora conveniente”;^[7] constata-se ainda que 10% da população de Lisboa nesta altura era composta por mulheres e homens negros escravizados. Mulheres livres já trabalhavam “a dias” como domésticas na casa de outrem.^[8]

Permeando boa parte do século XX, o cenário manteve os moldes dos séculos passados, que, em essência, foi caracterizado por intensas migrações sazonais aliado ao emprego generalizado da mão de obra feminina no tímido meio urbano e nas zonas rurais.

Nesta concepção, constatamos que o trabalho feminino não se inicia apenas após o processo de industrialização em Portugal e o assalariamento produtivo a partir do século XX. À vista disto, a precarização geral das relações trabalhistas ao longo deste processo afetou de forma mais contundente o estrato social das mulheres, mas mais especificamente, das mulheres trabalhadoras.

[3] Leão, Duarte Nunes do. (1997). *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1610. *Apud* Magalhães, Joaquim Romero. A Indústria. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa, p. 254.

[4] Silva, José Gentil da. (1985). *A mulher e o trabalho em Portugal...* p. 10-13.

[5] Silva, José Gentil da. (1985). *A mulher e o trabalho em Portugal...* p. 10-13.

[6] Magalhães, Joaquim Romero. (1997). Sociedade e Cultura. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa, p. 433.

[7] Magalhães, Joaquim Romero. (1997). Sociedade e Cultura... p. 399.

[8] Silva, José Gentil da. (1985). *A mulher e o trabalho em Portugal...* p. 17.

A subalternização relativa do papel social das mulheres em relação ao dos homens, no sistema capitalista, assim como na organização familiar nuclear e monogâmica,^[9] empurra as mulheres da classe proletarizada para a duplas ou triplas jornadas, definidas tanto no emprego das suas forças de trabalho, quanto para a manutenção da reprodução biológica, criando um paralelo ao “trabalho assalariado-doméstico”, este último imposto com “naturalidade” até os dias atuais. Urge discutir novas configurações do trabalho e de sociabilidade, de modo a desassociar o antigo papel da casa à exclusividade das mulheres, que hoje atuam em postos assalariados tanto quanto os homens.

Deste modo, este capítulo visa introduzir uma análise sobre a história das mulheres trabalhadoras em Portugal, acessando e discutindo os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, que formam o alicerce do trabalho feminino e, conseqüentemente, pertencem ao âmbito do desenvolvimento proporcionado pelas movimentações que culminaram no processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

Sem deixar de lado as especificidades que caracterizam o exercício profissional e presença enquanto “ser social” das mulheres também na esfera do trabalho “informal”, analisaremos as ações e alterações que podem ser significativas, entre as já referidas décadas de 1960 e 1980, para a compreensão do papel do gênero feminino no universo laboral e os seus reflexos.

As mulheres e o trabalho

Se nos atentarmos ao que expressa Marcel van der Linden em *Trabalhadores do Mundo*, sobre a centralização das pesquisas em países desenvolvidos, além de interpretar a história de forma unilateral em gênero, geografia e no sentido base sobre o que é “trabalhado”, manteremos um ciclo repetitivo sobre a concepção histórica e social das relações e da categorização do trabalho. Linden abre uma premissa na problematização sobre o conceito de trabalhador assalariado, e como a análise estagnada da organização conceitual de Marx pode ser atualizada, rebatida. Os vínculos entre empregador e empregado são diversos, não se resumem à troca constante entre força de trabalho, dinheiro e compra de bens de consumo. Ao trazer para a questão outras lógicas de trabalho, tais como remuneração e relações laborais, chegamos a um ponto de inflexão: o trabalho imposto/atribuído historicamente

[9] Ver Engels, Friedrich. (1976). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Vila da Feira: Editorial Presença.

para as mulheres é até hoje o trabalho doméstico – leia-se “trabalho voluntário-obrigatório” –, e de cuidados.

Em Portugal, o trabalho doméstico foi naturalizado e legalmente imposto às mulheres, mesmo quando estas tivessem um trabalho “para completar”^[10] a renda familiar. Essa dinâmica imputa uma responsabilidade de dupla obrigatoriedade sobre a mulher, uma idealização de sua função social, ainda considerada como autêntica e enraizada atualmente, uma verdadeira crise da reprodução social, em seu amplo sentido. Aqui, adotamos a “área de interesse” sugerida por Linden, ao tratar a relação entre *trabalho* doméstico como tal, uma vez que o “estudo das relações de trabalho engloba trabalho que é tanto livre quanto não-livre, remunerado e não-remunerado [...]”.^[11]

O estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao trabalhador individual, mas também à sua família. Relações de gênero desempenham um papel importante dentro da família e em relações de trabalho envolvendo membros familiares individuais”.^[12] Linden diz que as “feministas,^[13] no entanto, há décadas vêm apontando que o trabalho assalariado não poderia sequer existir sem um grande volume (muitas vezes não remunerado e involuntário) de trabalho de subsistência e de cooperação”, onde, “na maioria dos casos, o trabalho de subsistência é executado por uma ou mais mulheres de família: a esposa (ou esposas) e, às vezes, as filhas do *pater familias*”.^[14]

[10] Colocamos a expressão em aspas por um motivo: A ideia do salário feminino ser complementar deixa de ter sentido em muitos casos excepcionais entre a segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX; com a brusca mudança na dinâmica social que se instala após a década de 1960, e, sobretudo após a legalização do divórcio nos anos 70, a mulher passa a ser muitas vezes a única provedora financeira em um núcleo familiar, seja enquanto mulher solteira, seja a divorciada e com filhos.

[11] Linden, Marcel Van der. (2009). História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, p. 18-19.

[12] Linden, Marcel Van der. (2009). História do Trabalho... p. 18-19.

[13] Cabe aqui sublinharmos uma questão: Linden quando fala de “feministas” estará certamente se dirigindo às feministas de classe ou mesmo às feministas radicais, que reivindicam o trabalho doméstico de cuidados enquanto “trabalho”. Longe passará do feminismo que parece ser o que carrega “unidade” ao se falar em “feminismo”, seja em Portugal ou nos países ocidentais, – o feminismo liberal –, preocupado apenas em sim-bologias e manutenção do *status quo* do sistema, transmutando apenas as relações de poder também para mulheres, um tema ainda causador de confusão que não considera o abismo que separa tais correntes.

[14] Linden, Marcel van der. (2013). *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, p. 37.

Se pensarmos em países que foram colonizados e com fortes raízes de exploração escravagista, ainda temos um recorte de classe e raça/etnia sobre a execução destes trabalhos serem realizados por mulheres, negras em sua maioria^[15] com remuneração extremamente precária e (onde muitas vezes a remuneração sequer é salarial, mas sim “a dias”) muitas vezes insuficiente para uma vida digna.^[16] Mesmo em Portugal, o número de mulheres imigrantes que trabalham em setores primários e serviços precários é um indicativo. Além disso, segundo Neves et al., “a feminização das migrações resulta de um conjunto de forças estruturais condicionadas pelos papéis de gênero, pela discriminação sexual e pela globalização”, e, em Portugal, “[...] continuam a ver-se confrontadas com barreiras conjunturais que as limita nas suas escolhas e oportunidades”, e, ainda opera que a opressão destas imigrantes rondam o espectro nos domínios como “[...] a produção, a reprodução (que inclui a reprodução social e biológica, assim como a da força laboral), a prestação de cuidados, a socialização e a sexualidade”.^[17]

Sobre o trabalho doméstico e de cuidados, entendemos que se enquadra na dupla categoria apresentada por Polányi e descrita por Linden, onde as “mercadorias *reais*, ou seja, objetos e serviços conscientemente produzidos pelo trabalho humano visando à venda, e mercadorias *fictícias* (ou ‘pseudo-mercadorias’), que não são produzidas especificamente para serem vendidas, embora venham a ser colocadas à venda”. Linden destaca ainda, acrescentar a esta categoria o trabalho que é “apenas outro nome para uma atividade humana inerente à própria vida”.^[18] Neste sentido, é preciso termos em conta o âmbito “global” nas análises das relações de trabalho e nas concepções adotadas socialmente. É preciso compreender o “todo”.

[15] A última década da historiografia brasileira têm sido extremamente rica na valorização de pesquisas que identificam as desigualdades, explicam processos e remetem a uma análise problematizadora sobre a mulher nas suas variadas divisões de classe e raça/etnia.

[16] Segundo Belinda Mandeilbaum, professora de psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o Brasil conta com aproximadamente 5,5 milhões de indivíduos que não possuem registro paterno na certidão de nascimento e que 12 milhões de famílias são formadas por “mães solo”. Ver. <https://www.ip.usp.br/site/noticia/o-abandono-afetivo-paterno-alem-das-estatisticas/>

[17] Neves, Ana Sofia Antunes das. et al. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Psicologia Social e Organizacional*, Campinas, n. 33, s/p.

[18] Linden, Marcel van der. (2013). *Trabalhadores do Mundo...* p. 397.

A História Global do Trabalho, na acepção de uma “história globalizada do trabalho”, não pesquisa a história de todas as formas de trabalho humano ao longo dos séculos, mas sim *a história do trabalho, no sentido de que esse trabalho faz parte do processo global de mercantilização*. Esse trabalho assume duas feições: o trabalho que toma a forma de mercadoria, sendo vendido ou alugado aos empregadores (trabalho assalariado etc.), e o trabalho que *cria* esse trabalho mercantilizado ou o regenera (trabalho parental e doméstico). [...] A fonte básica de conflito de classes é enfraquecida ou fortalecida por outras contradições provocadas por diferenças relacionadas a gênero, etnia, raça, nacionalidade, idade.^[19]

As mulheres passam a permear outros espaços, na divisão social do trabalho, “do lar para a fábrica”, integra sua dupla jornada de trabalho e adentram em diversos setores produtivos: em 1950, as mulheres constituíam 22,7% da população ativa em Portugal, duplicando de número entre 1930-50 no setor têxtil e do tabaco, representando 80% de mão de obra feminina; no setor da indústria alimentar, dos papéis, calçado, vestuário e costuras representavam metade do efetivo.^[20] Irene Pimentel levanta uma questão importantíssima para a compreensão do setor dito produtivo no país, uma vez que os dados estatísticos oficiais oscilam na caracterização dos conceitos de “doméstica” e “dona de casa”, onde, por exemplo, muitas trabalhadoras agrícolas eram inseridas neste último campo.^[21]

A autora ainda destaca como o uso intencional de conceitos com definições estatísticas errôneas serviriam para propósitos de enviesamento ideológico. Por exemplo, nos anos 30, as pessoas que cuidavam “do arranjo das suas casas” entravam estatisticamente como “activas”, resultando em uma falsa percepção de que a mulher estaria inserida no setor produtivo formal representando 48,3% da população total ativa, enquanto apenas 27,4% tinham “profissão”, e apenas 21% uma “profissão lucrativa”.^[22] Tais conceitos foram

[19] Linden, Marcel van der. (2013). *Trabalhadores do Mundo...* p. 402.

[20] Pimentel, Irene Flunser. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo. 1910-1974. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor, p. 296.

[21] Ver também Baptista, Virgínia. (2012). *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal – as origens do Estado-Providência (1880-1943)*. Tese para obtenção do grau de Doutora. ISCTE/IUL.

[22] Pimentel, Irene Flunser. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo... p. 279.

sendo alteradas ao longo dos recenseamentos seguintes, entretanto, ainda nos deparamos com a problemática do que é considerado “trabalho” e como a esfera doméstica ainda não era percebida em sentido de ser “produtivo”.^[23]

Em 1960, a “divisão conceitual” do trabalho feminino dava-se entre as “com profissão”, figurando 18,2% da população total e “com ocupação”, 97,6%,^[24] alteração significativa se daria em 1970, quando este número de 18,2 subiria para 26,4% da população. Certo é que as mulheres passaram a ocupar funções antes destinadas apenas aos homens, principalmente pela escassez de mão de obra masculina com a emigração – sobretudo para França, Alemanha, Inglaterra – e o recrutamento dos mais jovens na composição do Exército português, para as Guerras de Libertação em África, a partir de 1961.^[25]

Tereza Pizarro Beleza afirma que “A ‘Mulher’ em Portugal no século XIX, na República ou no Estado Novo não existe. Ou em qualquer outro tempo ou lugar. Existiam e existem mulheres de muito diferente condição económica, social, cultural e até sexual”; ou seja, “entre uma camponesa, uma empregada doméstica, uma operária, uma intelectual, uma prostitua e uma senhora mulher de um ministro do Governo de Salazar [...] as diferenças eram abissais”.^[26] Deste modo, é preciso ter-se em conta que quando nos referimos “às mulheres trabalhadoras”, estamos delimitando um recorte de classe, de gênero e muitas vezes de etnia/raça, sem cair no que tem sido recorrente ao se trabalhar pela linha da “história das mulheres”. É preciso compreender os espaços de sociabilidade, de condições econômicas e espaciais, e mesmo das relações de poder que se configuram no tecido social.

[23] Aliás, ainda para acarretar mais peso sobre esta situação, a mulher era legalmente encarregada das tarefas domésticas, podendo o esposo utilizar deste artifício como acusação de não cumprimento de atividades matrimoniais, algo que só seria derrubado na prática com o 25 de Abril de 1974.

[24] Esta última abarcando quem: “se ocupasse principalmente de lidas domésticas” – a ‘dona de casa’ (com serviços remuneradas), a ‘doméstica’ (sem serviços remuneradas) e a ‘familiar’ –, a ‘doméstica agrícola’, o ‘proprietário’, a ‘trabalhadora doméstica’ a ‘camponesa’ e o ‘mendigo”. Pimentel, Irene Flunser. (2015). Do pós-guerra ao marcelismo: poucas mudanças na vida das mulheres. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor, p. 302-303.

[25] Preferimos adotar a terminologia *Guerra de Libertação* em contraponto à *Guerra Colonial* ou *Guerra do Ultramar*.

[26] Beleza, Teresa Pizarro. (2015). Prefácio. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor, p. 13

O trabalho feminino durante o “salazarismo”

Sob o lema “Deus, Pátria, Família”,^[27] o regime salazarista incentivava e enquadrava a mulher enquanto “dona do lar”, restrita ao universo doméstico e sob a tutela dos homens de seu círculo parental: primeiramente o pai, depois o esposo.^[28] No domínio público o espaço reservado às mulheres era o da educação e assistência, o que se manteve até os anos 1960 sob o Código Civil de 66, uma manifestação do “patriarcado em forma de lei na segunda metade do século XX”,^[29] condicionando a vida pública da mulher ainda em sentido muito estrito e indireto. Contudo, essa perspectiva muito atenuada pela propaganda do regime e mesmo a tendência do estudo sobre mulheres neste período, recai sobre a mulher burguesa (dos estratos mais baixos ao mais elevados). Sobre a introdução da mão de obra barata e desqualificada das trabalhadoras, muito pouco havia referência. Sobre isto nos elucida Maria Lamas em sua incontornável obra *As mulheres do meu país*:

É esse o grande mal da nossa operária, em geral: não ter possibilidade de se instruir, de alargar os seus horizontes, à medida que a consciência lhe vai despertando e a vida se lhe apresenta em novos planos, mais vastos e complexos. Esta contradição, entre conhecimento que resulta das próprias circunstâncias e a impossibilidade de o alargar na medida necessária, conduz a um desequilíbrio grandemente desorientador e prejudicial sob todos os pontos de vista. [...] Dentro da fábrica, no desempenho das suas tarefas, está integrada na disciplina, nas responsabilidades e nas condições gerais estabelecidas para a mão-de-obra, tal como o operário. Fora da fábrica, tudo quanto se relaciona com a vida profissional fica suspenso, para ela, até à hora de regressar ao trabalho, na manhã seguinte. Se é casada, o serviço doméstico, o marido e os filhos

[27] O retrocesso pela incompreensão histórica e pela dinâmica do sistema capitalista regurgita ideias, lemas, processos. No ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro, candidato da extrema direita foi eleito – através da democracia representativa –, sob o lema “Deus, Pátria e Família” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Lemas também empregados nos anos de 1930 no Brasil sob a corrente *Integralista*, de cunho fascista.

[28] Cabe uma nota sobre a dinâmica feminina desde crianças: o auxílio no cuidado ao lar, do pai e dos irmãos e muitas vezes em um trabalho assalariado em condições de superexploração. Vide o caso das ceifeiras (que com 10, 11 anos já trabalhavam), que para além do trabalho nos campos tinham a seu encargo toda a lida doméstica como lavar as roupas, preparar a comida etc.

[29] Beleza, Teresa Pizarro. 2015. Prefácio... p. 14.

absorvem-na completamente: é preciso cozinhar, lavar, remendar, num afã que não tem limite.^[30]

Não era de interesse público para a ditadura que se divulgasse a dura labuta dessas mulheres nos campos, nas fábricas, fatigadas do trabalho doméstico. O exemplo clássico salazarista não se aplicava ao leque das trabalhadoras precárias, da pobreza que assolava o país, dos homens e mulheres que ainda subsistiam sob condições de miséria. Os baixos investimentos públicos em infraestrutura e serviços sociais foram ainda mais reduzidos e os recursos foram concentrados para as despesas militares nas frentes africanas^[31] e claramente os que mais sofreram este impacto foram os trabalhadores deixados à mercê de um sistema defasado e focado em interesses arcaicos de uma ditadura tardia.

Mesmo com a o avanço das multinacionais – em um sistema que na prática pouco beneficiava a economia do país se entendida como um todo, tampouco aos trabalhadores desamparados de direitos laborais – e a criação de empregos nos centros urbanos –, não se provinha o básico para estes trabalhadores e trabalhadoras, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a reprodução biológica da classe trabalhadora, “proliferando bairros de barracas e clandestinos”.^[32] A inversão de valores dentro da sociedade, do rural para o urbano, movimentou todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa voltou-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Quando desta expressiva emigração e do êxodo rural, as mulheres estiveram presentes nestes processos de forma intensa e marcada na busca por melhores condições de vida. Ponderando que a distribuição da produção agrícola

[30] Lamas, Maria. (2002). *As mulheres do meu país*. Editora Caminho, (1948-1950), p. 365-366. Disponível em Biblioteca Nacional Digital (<https://purl.pt/33518>).

[31] Sousa, Alfredo de. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social*, vol. XXX (133), p. 613-630. Os valores eram mascarados e fizeram aumentar gradativamente os dados inflacionários, de 2,5% em 1960 para 12,5 em 1973. Como nos elucida Sousa, “[...] há um déficit orçamental que, curiosamente, nunca aparecia a público porque, segundo a definição salazarista, no déficit, na estrutura orçamental, os empréstimos feitos por emissão de títulos públicos eram contados como receitas, e não como déficit” (p. 616-617).

[32] Suárez, Miguel Ángel Pérez. (2008). *Contra a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p. 24.

em Portugal na década de 1950, e que assim se estendeu até a década de 70, encontrava-se dividida entre sul e norte do país, onde: no sul a dominação dos grandes latifúndios e criação de gado, visando exportação e lucro, enquanto no norte, a produção rural estava dividida entre os camponeses em pequenas porções de terras sem o incentivo governamental para o aumento de produção ou investimento em maquinários para produção em larga escala. O reflexo do sistema rural não dinamizado, centralizado e de pequena produção, era, substancialmente o desemprego e o déficit na produção de cereais para o consumo interno,^[33] além da baixa existência industrial no país, fazendo com que a mão de obra jovem cedesse à emigração.

A emigração se tornara, portanto, a saída para muitos portugueses e portuguesas. Neste cenário, dois importantes fatores podem ser destacados: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nos países de destino, bem como a fuga da Guerra de Libertação em África, a partir de 1961. Segundo Maxwell, “[...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve”.^[34] Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam, eram trabalhadores do campo, a produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente.^[35] Ao que pese os números informais das trabalhadoras agrícolas que rondavam a casa dos 68% sobre o número total de trabalhadores deste setor.^[36] No desenvolvimento desta década, não há dúvidas; foram elas as mais afetadas.

Segundo Rocha, a década de 60, “[...] foi um período de crescimento econômico rápido e de importantes alterações na estrutura produtiva, com importância crescente da indústria em relação à agricultura e dos ramos industriais modernos em relação aos ramos tradicionais e à indústria ligeira”.^[37] Esse crescimento citado pelo autor estaria enraizado, sobretudo,

[33] Anderson, Perry. (2019). Portugal e o fim do ultracolonialismo. In Paço, A. S. do et al. (Coord.), *O 25 de Abril começou em África*. Porto: Humus.

[34] Maxwell, Kenneth. (2006). *O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 44.

[35] Maxwell, Kenneth. (2006). *O império derrotado...* p. 45.

[36] Ver Pimentel, Irene Flunser & Melo, Helena Pereira de. (2015). *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.

[37] Rocha, Edgar. (1977). Portugal, anos 60: crescimento econômico acelerado e papel das relações com as colônias. *Análise Social*, 13(51), p. 595.

nas colônias como fonte de matéria prima com preços baixos devido à mão de obra barata, além dos privilégios mercantis e dos “recursos financeiros e de divisas”.^[38] O país estaria, portanto, pautado na economia colonial, defasado nas condições sociais e ainda carente de meios de produção e industrialização que rendessem um certo grau de autonomia para o país.

O surto emigratório e a guerra colonial levam muitas mulheres a assumirem o sustento das famílias. A emigração atinge, entre 60 e 73, mais de 1,4 milhões de portugueses. A abertura do país aos investimentos estrangeiros, na década de 60, conduz à instalação de empresas em sectores onde predomina a mão de obra feminina: têxteis, vestuário, calçados, eletrónica. Este último sector cresce em ritmo acelerado, sustentado por uma mão de obra barata. Na indústria, o emprego feminino cresce 51%. Também a partir dos anos 60 produziu-se uma verdadeira explosão do terciário, com 33,9% de mulheres empregadas neste sector. As mulheres começam a sair do espaço limitado da casa, convivendo com mulheres e homens fora da rede normal familiar ou de vizinhança.^[39]

A inserção da mão de obra feminina na indústria e o intenso êxodo rural, especialmente após 1961, desencadeou uma série de movimentos sociais em prol da modificação legal da condição destas mulheres trabalhadoras. Uma tentativa de abrandamento sobre estas reivindicações tomou forma com a Lei do Trabalho, que declarava igualdade salarial para trabalhos da mesma natureza, o que na prática não aferia grandes mudanças, já que raramente o mesmo trabalho era desenvolvido por homens e mulheres, com destaque para o caso da saúde – com enfermeiras e ajudantes de enfermagem – e na educação básica com baixos salários e predominância da mão de obra feminina. Assim também se passava nas produções de fábrica, onde determinadas funções com mais baixas remunerações eram executadas por mulheres, não por homens – o salário de um operário especializado de 1943-45 não alcançava o valor de 20\$00, onde a maioria recebia no máximo de 10 a 15\$00, enquanto que operárias recebiam metade deste último valor.^[40]

[38] Rocha, Edgar. (1977). Portugal, anos 60... p. 598.

[39] Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes. (1998). *Movimentos de mulheres em Portugal após abril de 1974*. Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta. Lisboa, p. 15.

[40] Pimentel, Irene Flunser & Melo, Helena Pereira de. (2015). *Mulheres Portuguesas...*

Ou seja, “a mulher é preferida nas fábricas porque, depois de adquirir a prática necessária, trabalha o mesmo que o homem e ganha muito menos que ele”.^[41] Por outro lado, o Código Civil de 1966 mantinha ao marido a execução e chefia da família – a mulher poderia exercer esta tarefa em caso da ausência do esposo – bem como ainda mantinha o controle sobre a vida laboral da esposa, tendo poder de receber seu salário ou rescindir seu contrato e controlar sua saída ao estrangeiro, inclusive tinha o direito legal em tirar-lhe a vida, se isso representasse alguma “imoralidade”, com penas máximas de 6 meses de degredo, praticamente nunca aplicadas, dentre outras formas de domínio.

Ainda assim, a “década de sessenta foi palco de grandes transformações, com acesso maciço das portuguesas ao trabalho, mesmo se elas não fossem contabilizadas nas estatísticas”.^[42] Integradas nos setores secundários e terciários, a mão de obra feminina era a mais barata, fosse como cozinheiras, em serviços de limpeza, nas fábricas por exemplo, de alimentos, materiais elétricos, têxteis e lanifícios; “mulheres a dias” em casas particulares ou ainda a venda ambulante. A dinâmica salarial ainda era percebida como um acréscimo ao ordenado familiar, muitas vezes, sinal da própria desvalorização pelas atividades desempenhadas pelas mulheres, que trabalhavam tantas horas e em serviços tão desgastantes como em trabalhos admitidos por homens. Destaca-se que legalmente,^[43] cabia ao homem o domínio das decisões em casa, como “chefe de família” e com poder sobre esposa e filhos, tanto em mobilidade quanto no trabalho, conforme apontado.

O trabalho qualificado era geralmente desenvolvido por mulheres da classe média que permutavam no sistema de ensino, representando em 1960, 56% “de todos os professores liceais”,^[44] onde os salários não condiziam com o grau de formação, e por significar baixa concorrência, as mulheres predominavam no setor, recebendo salários efetivamente mais baixos que professores homens. A elas era vedado o acesso a muitos cursos determinados enquanto “masculinos”.

[41] Lamas, Maria. (2002). *As mulheres do meu país...* p. 368.

[42] Pimentel, Irene Flunser. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo... p. 279.

[43] Portugal. Decreto-Lei nº44 129, de 28 de Dezembro de 1961.

[44] Pimentel, Irene Flunser. (2015). Do pós-guerra ao marcelismo... p. 329.

As relações laborais entre o marcelismo e a Revolução

Sob o lema “Renovação na Continuidade”,^[45] Marcelo Caetano de fato apenas promoveria algumas mudanças políticas e sociais. Isto é, constituiu uma pluralidade de diálogos nas correntes do regime, mas não abarcou uma ruptura, manteve antes seu objetivo de dar continuidade com alguma pequena “evolução”, dentro da própria dinâmica ditatorial.

Para Cervelló, Caetano teria dois momentos políticos, pautados em “renovação na continuidade e de continuidade sem renovação”.^[46] Constatase essa relativa mudança no quadro do Parlamento, constituindo uma rotatividade de novos Deputados que de alguma maneira apresentavam “uma linha reformista”, permitindo “aduzir ao debate parlamentar um maior grau de democraticidade”.^[47] Ainda assim, perdurava o esquema de partido único e restrição para a vida política, sublinhando que a censura ainda manteve-se ativa ao longo de seu governo. Neste quadro, a vida da mulher operária agudiza-se.

As mulheres continuavam o trabalho em suas casas bem como no dito “produtivo formal”, com baixos salários e condições de saúde e educação precárias. Em 1970, as moradias portuguesas não possuíam eletricidade em 36% delas, 53% sem água encanada e 42% não contavam com saneamento e esgotos.^[48] Os péssimos indicadores de saúde pública, especialmente em relação à natalidade, e a ausência de um sistema efetivo de educação nacional afetaram direta e especialmente a vida das mulheres trabalhadoras: em 1970, de 1000 crianças nascidas, 55 não completavam o primeiro ano de vida; a taxa de analfabetos em 1970 era de 19,7% entre os homens enquanto as mulheres, 31%.^[49]

[45] Caetano, Marcello. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, p. 47. Caetano assume o lugar de Oliveira Salazar após este sofrer a queda de uma cadeira em sua residência, causando consequências sérias à sua saúde.

[46] Cervelló, J.S. (1993). *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim, p. 22.

[47] Carvalho, Luís Pedro Melo de. (2009). *O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo*. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, p. 31.

[48] Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. *25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p 34.

[49] Estatísticas de Saúde, INE, I.P., *25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 61

Neste aspecto, Barreto destaca que Portugal contava com “as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. A mais jovem população com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante”,^[50] quando comparado ao restante da Europa ocidental. Apesar do cenário extremamente precário, foi no início da década de 1970 que diversos relatos sobre a luta de mulheres operárias vêm à tona com uma série de reportagens registradas no *Avante! Clandestino*, uma vez que estas informações dificilmente conseguiam circular em meio à censura do regime na imprensa legal.^[51]

Exemplo marcante foi a “grande greve” no Couço, em 1958, no âmbito das eleições presidenciais e na campanha de Humberto Delgado e que se estendeu, em manifestações e consequências até 1962. Por motivações políticas, mas sobretudo na reivindicação por melhores condições de vida, de salários e trabalho, muitas mulheres foram presas e torturadas pela PIDE, e que fique o registro para que não nos esqueçamos da força combativa de Albertina Diogo, Fernanda Paiva Tomás, Maria Carmina dentre muitas outras.^[52]

Trabalhadores e trabalhadoras de diversas empresas recorreram à greve no mês de novembro de 1973, como é o caso da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) tendo 5000 trabalhadores em greve.^[53] Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde permaneceram com piquetes

[50] Barreto, António. (1996). *A situação social em Portugal. 1960-1995*. Lisboa: ICS UL, p. 161.

[51] Ver Cabreira, Pâmela Peres. (2017). “*Semeando ventos o governo colherá tempestades!*”: crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Tese para obtenção do grau de Mestra em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

[52] *Avante*. “No Couço houve sempre um punho erguido”. Relato: “As mulheres do Couço – recordou Maria Rosa Viseu, ela própria também presa e torturada, na intervenção que proferiu no acto de lançamento da primeira pedra ao monumento de homenagem ao povo do Couço – nunca pouparam esforços. Tiveram sempre ao lado dos homens na luta; deram o seu contributo pela conquista de direitos; lutaram nas praças de jorna, nas lutas das oito horas, nas lutas para a formação de um sindicato que nos defendesse, nas lutas contra as burlas eleitorais, nas lutas das malditas prisões, e, nas horas amargas da tortura, estiveram sempre ao lado dos homens, seus companheiros”. Disponível em: <https://www.avante.pt/arquivo/1286/8603h1.html>. Consultado em 20 de junho de 2021.

[53] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973, p. 3.

ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho.^[54]

Cabe destacar que segundo o Instituto Nacional de Estatística,^[55] o maior surto de inflação do pós-guerra deu-se em 1971, com o maior aumento de preços de gêneros alimentícios e moradia desde então. Estes números crescem ao longo dos anos seguintes, e os aumentos salariais não acompanham a percentagem do aumento do custo de vida, enquanto, controversamente, o Estado gastava cerca de 43% do orçamento para a Guerras de Libertação nas colônias africanas.

No ano de 1971, os produtos alimentares subiram mais 15% e as rendas de moradias, 30%.^[56] O custo de um trabalhador e de sua mão de obra é seis vezes inferior que o de um trabalhador alemão, por exemplo. As pequenas empresas, comércios e indústrias perdem espaço, a mão de obra se torna mais exploratória, mantendo os salários apenas na base da reprodução da força de trabalho.^[57] Em 14 e abril de 1972, aprova-se a Lei sobre o Fomento Industrial, favorecendo os monopólios a dominar os setores nacionais, com reduções fiscais e benefícios às empresas multinacionais, mas sem qualquer alteração prática sobre a melhoria na condição prática e legal dos trabalhadores e trabalhadoras.

Neste período, diversas medidas foram adotadas contra os trabalhadores, no qual podemos destacar: (i) congelamentos de salários; (ii) aumento da carga horária sem alteração dos salários; (iii) recusa ao pagamento dos 25% em trabalhos noturnos; (iv) imposição das horas extras como obrigatória e muitas vezes não pagas a parte, sendo incluídas no montante das horas obrigatórias; (v) racionalização das condições mínimas de trabalho; (vi) exploração do trabalho feminino com salários inferiores ao dos homens em funções idênticas; (vii) exploração do trabalho infantil, sobretudo na indústria têxtil.

No setor têxtil, na Oliveira Ferreira, mais de 100 operários fizeram greve “de braços caídos” por aumento de salários,^[58] seguidos pela greve geral de

[54] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p. 4.

[55] Portugal. 2010. Instituto Nacional de Estatística (INE). *As edições do anuário estatístico de Portugal, 1875-2008*. Lisboa.

[56] Portugal. 2010. Instituto Nacional de Estatística (INE). *As edições do anuário estatístico de Portugal, 1875-2008*. Lisboa.

[57] Cf. Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (1976). *La reproducción*. Barcelona: Laya; Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory*. London: Mac Millan.

[58] *Avante!* Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1.

têxteis na empresa Manuel Gonçalves, no Minho.^[59] No âmbito da luta feminina foi a greve das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações, oriundas de uma herança de combatividade deste setor, remontando o início do século, mas com destaque para as grandes greves por todo o país, em 1969. Elas reivindicavam aumento de seus salários que anteriormente chegava a ser 6\$40 por hora, e após três dias de greve geral, conquistaram um aumento de 37%.^[60]

Em Alpiarça, na comemoração ao dia 8 de Março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também entraram em paralisação.^[61] As camponesas de Alpiarça renovaram as manifestações sobre o aumento de salários, que correspondia a metade dos salários dos homens. Camponeses e camponesas juntaram-se para exigir o aumento de salário, conseguindo um aumento significativo após 5 dias de paralisação.^[62] Já no ano de 1974, novamente em Alpiarça os camponeses fizeram greve, cerca de 6000 paralisaram e exigiram o aumento dos salários condizentes com o aumento do custo de vida, conquistando parte de suas reivindicações ao final de cinco dias de greve.^[63]

A ruptura advinda com o 25 de Abril de 1974 traria significativas mudanças na condição da vida das mulheres, mas também em seus próprios processos de luta, intensificados durante o que ficou vulgarmente conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso). Este íterim é marcadamente importante na história do país sob uma experiência revolucionária, com diretrizes para um caminho socialista onde a classe trabalhadora teve importante influência nas consequências desde as ações indiretas pelos seis Governos Provisórios, quanto diretamente nas lutas em esfera local em seus lugares de trabalho, moradia, educação.

As manifestações, proibidas anteriormente, multiplicaram em todo o país, bem como greves, paralisações, reivindicações, autogestão, autocontrole e saneamentos de membros do antigo regime. Aponta-se que as mulheres operárias e trabalhadoras agrícolas e domésticas tiveram destacado papel nas conquistas de Abril, seja no campo da educação – com as campanhas

[59] *Avante!* Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 3.

[60] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973, p. 1.

[61] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p. 1.

[62] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p. 1.

[63] *Avante!* Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p. 3.

de alfabetização; na saúde, com projetos visando inserir acompanhamento médico para as vilas mais afastadas e saúde da mulher, planejamento familiar ou mesmo com a implementação do Sistema Nacional de Saúde (formalmente em 1979); nas conquistas por direitos trabalhistas ou nas campanhas por habitação e contra os bairros de lata, tão presentes nas zonas operárias de Lisboa.

O papel histórico das mulheres na luta pela democracia foi indispensável. Destacamos sobretudo as lutas operadas em fábricas, em multinacionais do setor têxtil, da cortiça, conservas, tabaco e na produção de materiais eletrônicos. Alguns casos são emblemáticos, com a fuga de patrões que recebavam as manifestações populares como uma possibilidade de instauração de um regime socialista ou mesmo por saberem que os lucros e o abuso laboral diminuiriam. Na fábrica Sogantal, Charminha e Naturama, houve fuga dos patrões e as trabalhadoras passaram por processo de ocupação e autogestão das fábricas, ousando enfrentar o sistema patronal e o sistema falho da justiça trabalhista.^[64]

“Os *quadros mentais* desenhados na lei portuguesa da família na segunda metade dos anos sessenta (Código Civil de 1966) não desapareceram automaticamente com a sua substituição em 1977 (Revisão do Código Civil), uma das mais importantes reformas legislativas do Portugal democrático *post 1974*”.^[65] As mulheres vêm a sua condição legal melhorar, conquistaram direitos e melhoraram em muitos aspectos, mas a lógica sistêmica do capitalismo ainda impera sobre as condições e direito ao trabalho, às desigualdades e preconceitos na posição formal da classe trabalhadora feminina. Também importa destacar que algumas situações ainda não eram reconhecidamente de desigualdade ou direito simplesmente por antes não terem sido colocadas em causa. Ou seja, o direito ao corpo e ao aborto, às mais diversas *liberdades*, as formas de violência contra a mulher, as discriminações no seio do trabalho e ainda a própria manutenção da “naturalidade” do trabalho doméstico atribuído às mulheres. Aqui não basta, portanto, uma mudança de regime, mas também uma mudança das mentalidades, das estruturas. De sistema.

[64] Ver Cabreira, Pâmela Peres. (2020). Diálogo entre história e gênero: críticas, perspectivas e análise de mulheres operárias em Portugal durante o período revolucionário (1974-1975). *Em Perspectiva*, v.6, n.1, p. 41-67.

[65] Beleza, Teresa Pizarro. (2015). Prefácio... p. 18.

Algumas considerações finais

No recente mês de abril de 2021, uma pesquisa realizada pela Fundação Manoel dos Santos, intitulada *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*,^[66] pôs em evidência a fragilidade do sistema “social-democrata tardio” português, bem como de condições sociais anteriormente explicitadas em outros momentos da história de Portugal, como assinalamos ao longo deste capítulo. Segundo Fernando Diogo et. al., durante o ano de 2018, 17,2% da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza mesmo com um terço possuindo postos de trabalho, fosse formal ou precário, com baixos salários. Uma das consequências é a condição familiar precária, o que indica o índice de pobreza, somado às poucas condições trabalhistas e de respaldo social para, por exemplo, colaboração nos trabalhos de cuidado e domésticos, que apenas se somam ao desgaste e tempo de trabalho a estes trabalhadores/as.

Destaca-se que as famílias com mais de dois filhos acabam por incorporar os maiores índices, onde a partilha de apenas um salário mínimo, por exemplo, não é suficiente para os custos básicos – leia-se, inclusive, da manutenção da educação destas crianças. Por fim, o estudo revelou que as mulheres têm um aumento de 5,7% a mais de probabilidade em se caracterizarem enquanto pobres, face aos homens, demonstrando que as relações familiares que tendem a recair sobre as mulheres influencia também seu índice de pobreza; quando analisados os “desempregados domésticos(as)” constataram que representam 9,6% do total da amostragem, onde a “situação de doméstico(a) é transversal a todos os perfis definidos. É uma população esmagadoramente feminina, casada ou viúva, com idades que se situa entre os 45 e 64 anos [...] com baixo nível de escolaridade”.^[67]

Ao focarmos na história das mulheres trabalhadoras em Portugal, tendo como eixo central os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, que estão no alicerce do trabalho feminino e, conseqüentemente, que pertencem ao âmbito do desenvolvimento proporcionado pelas movimentações que culminaram no processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 1974, não deixamos de observar as especificidades que caracterizam o exercício

[66] Diogo, Fernando. (Coord.). 2021. *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Disponível em: <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/5364/a-pobreza-em-portugal-trajectos-e-quotidianos>. Acesso em 11 de abril de 2021.

[67] Diogo, Fernando. (Coord.). 2021. *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Disponível em: <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/5364/a-pobreza-em-portugal-trajectos-e-quotidianos>. Acesso em 11 de abril de 2021.

profissional e presença enquanto ser social das mulheres também na esfera do trabalho “informal”.

Quando Braudel problematiza sobre o termo “capitalismo”, ressalta que nada ganhamos “quando descartamos, juntamente com o termo, as controvérsias suscitadas por ele, que, de certo modo, são pertinentes ao mundo atual”;^[68] podemos sublinhar dessa sabedoria o mesmo para o conceito de “gênero” quando o mesmo atravessou camadas sociais e acadêmicas para alcançar um nível de compreensão sobre o sujeito em seu espaço objetivo e subjetivo.

Linden, ainda que otimista sobre esta categoria analítica histórica – gênero –, deixa-nos clara a mensagem de que “não apenas os processos de trabalho e cultura cotidiana, mas também as relações de gênero, etnia, raça e idade finalmente ganharam a atenção que mereciam, ao lado das estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais”;^[69] ousamos dizer que essa “atenção” ainda está se construindo na historiografia portuguesa e esperamos deixar algumas inquietações para que o avanço desta perspectiva se amplie.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. (2019). Portugal e o fim do ultracolonialismo. In Paço, A. S. do et al. (Coord.), *O 25 de Abril começou em África*. Porto: Humus.
- BAPTISTA, Virgínia. (2012). *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal – as origens do Estado-Providência (1880-1943)*. Tese para obtenção do grau de Doutora. ISCTE/IUL.
- BARRETO, António. (1996). *A situação social em Portugal. 1960-1995*. Lisboa: ICS UL.
- BELEZA, Teresa Pizarro. (2015). Prefácio. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. (1976). *La reproducción*. Barcelona: Laya.
- BRAUDEL, Fernand. (1992). *Civilization and Capitalism* (Volume II). EUA: University of California Press.
- CABREIRA, Pâmela Peres. (2017). “Semeando ventos o governo colherá tempestades!”: crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Tese para obtenção do grau de Mestra em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- CABREIRA, Pâmela Peres. (2020). Diálogo entre história e gênero: críticas, perspectivas e análise de mulheres operárias em Portugal durante o período revolucionário (1974-1975). *Em Perspectiva*, v.6, n.1.

[68] Braudel, Fernand. (1992). *Civilization and Capitalism* (Volume II). EUA: University of California Press.

[69] Linden, Marcel van der. (2013). *Trabalhadores do Mundo...*

- CAETANO, Marcello. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- CARVALHO, Luís Pedro Melo de. (2009). *O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo*. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- CERVELLÓ, J.S. (1993). *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ENGELS, Friedrich. (1976). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Vila da Feira: Editorial Presença.
- GIDDENS, A. (1979). *Central problems in social theory*. London: Mac Millan.
- LAMAS, Maria. (2002). *As mulheres do meu país*. Editora Caminho.
- LEÃO, Duarte Nunes do. (1997). *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1610. *Apud* Magalhães, Joaquim Romero. A Indústria. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa.
- LINDEN, Marcel Van der. (2009). História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1.
- LINDEN, Marcel van der. (2013). *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. (1997). Sociedade e Cultura. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 3). Lisboa: Editorial Estampa.
- MAXWELL, Kenneth. (2006). *O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NEVES, Ana Sofia Antunes das. et al. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Psicologia Social e Organizacional*, Campinas, n.33.
- PERROT, Michele. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- PIMENTEL, Irene Flunser & Melo, Helena Pereira de. (2015). *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- PIMENTEL, Irene Flunser. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo. 1910-1974. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- PIMENTEL, Irene Flunser. (2015). Do pós-guerra ao marcelismo: poucas mudanças na vida das mulheres. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. *Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- ROCHA, Edgar. (1977). Portugal, anos 60: crescimento econômico acelerado e papel das relações com as colônias. *Análise Social*, 13(51).
- SILVA, José Gentil da. (1985). *A mulher e o trabalho em Portugal*. Separata de “A Mulher na Sociedade Portuguesa”. *Actas do Colóquio*. Coimbra, 20 a 22 de Março, vol. I.
- SOUSA, Alfredo de. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social*, vol. XXX (133), p. 613-630.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. (2008). *Contra a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. (1998). *Movimentos de mulheres em Portugal após abril de 1974*. Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta.